

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

303
Puel

ATA Nº06/82

Aos doze dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, as dez horas, previamente convocada, foi realizada uma sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas, sob a presidência do Magnífico Reitor, Professor José Emílio Araujo, e com a presença dos seguintes conselheiros: Professora Clínea Campos Langlois Vice-Reitora, Professores Adolfo Amilcar Aranalde, Alberto - Rufino Rosa Rodrigues de Souza, Ana Beatriz Czermainski, Carlos Rodrigues Peixoto, Carmen Lucia M. Hernandezena, Cêres - Torres Bonatto, Circe Siqueira Cunha, Consuelo de A. Requião, Eduardo Allgayer Osorio, Elide Minione, Elisa Clélia Minione, Gastão Coelho Pureza Duarte, Gilberto Azambuja Centeno, Gilce Marlene Wetzel da Cunha, Helena Rocha Conceição, Ivo Gomes de Mattos, José Francisco G. Moreira, José Honorato de Oliveira, Leo Zilberknop, José Fernando Xavier, Vice-Diretor no exercício da Direção da Escola Superior de Educação Física, Paulo Silveira Jr., Renato Luis Mello Varotto, José Gilberto da Cunha Gastal, Vice-Diretor no exercício da Direção da Faculdade de Direito, Ruy Brasil Barbedo Antunes, Wilson-Marcelino Miranda e Zilma Cavalcanti Millan, e dos acadêmicos Florival Zildo Vituri, Gerson Madruga da Silva, José - Luís Segalim e Luís Carlos Gastal. Havendo número legal de Conselheiros o Sr. Presidente deu por aberta a reunião, prestando esclarecimento sobre o motivo determinante da convocação, qual seja, o pronunciamento do plenário no tocante à decisão da Reitoria tomada "ad-referendum" deste egrégio Conselho, consubstanciada na Resolução que trata da aprovação de projetos constantes do Plano de Desenvolvimento Físico do Campus. Esclareceu ainda a Presidência que, excepcionalmente, se reunia este Órgão fora da sede da Reitoria, tendo em vista ter sido anteriormente destinada a Sala dos Conselhos Superiores para servir de apoio à Comissão do Concurso Vestibular, em seu trabalho de recepção das inscrições por parte dos candidatos. Ato contínuo passou o Sr. Presidente ao item 1 da Ordem do Dia - Atas números 03/82 e 05/82. Foi lembrado pela Mesa que, segundo ficara estabelecido dantes, a apreciação e aprovação da Ata nº03/82 seria levada a efeito na presente reunião, em conformidade do que, submeteu esta a discussão. Usando da palavra a Professora Circe S. Cunha, registrou esta não haver constado daquele documento uma importante questão por ela antes focalizada, tendo como ponto central a indagação quanto a terem ou não as Reitorias das Universidades delegação de competência provinda das autoridades ministeriais para exercerem, no âmbito de suas respectivas instituições, o controle ideológico de seus professores, funcionários e alunos. Considerando ser este um assunto de mais alta relevância, solicitava que se o fizesse constar da ata, e bem assim, a resposta negativa do Sr. Reitor naquela oportunidade, registre este que neste momento a Secretaria -

Handwritten mark

Handwritten mark

procede consoante determinação emanada da Presidência. Deixando de haver qualquer outra intervenção em torno desta ata, foi a mesma posta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Ata nº05/82. O aluno Gerson Madruga da Silva solicitou a palavra para dizer que havia abordado na última reunião deste Conselho importantes aspectos concernentes ao ensino em nosso país, deixando contudo a respectiva ata de referir satisfatoriamente o seu pronunciamento, em razão do que solicitava providências neste sentido. A Presidência solicitou, então, ao Sr. representante discente que redigisse o texto do seu depoimento e o entregasse à Secretaria dos Conselhos para as devidas providências. É o seguinte o teor da manifestação do Conselheiro Gerson Madruga da Silva: "Dada a necessidade de discutirmos a educação e a função da Universidade entre todos os segmentos da sociedade e, especialmente, da comunidade universitária, considero de fundamental importância esta discussão, realizada em sessão deste Conselho, onde se conseguiu abordar alguns aspectos da política educacional no Brasil. Nesse sentido invoco que esta discussão permaneça nesta Casa, possibilitando traçar alguns parâmetros do que achamos deva ser uma Universidade e o papel da educação em um país em desenvolvimento como o nosso". A senhora Professora Diretora do Instituto de Física e Matemática solicitou a retificação de seu nome que constou erroneamente da ata. Sugeriu, também, que se adotasse o critério de numeração das linhas das atas do Conselho, objetivando um melhor acompanhamento dos Conselheiros quando da discussão deste documento no transcurso das reuniões deste Órgão. Com tais intervenções foi após colocada em votação a Ata nº05/82, que, igualmente, foi unanimemente aprovada. Item 2. O Senhor Presidente esclareceu que de conformidade com preceito regimental (Art. 62 e seu Parágrafo Único) é facultado ao Reitor tomar decisões "ad-referendum" do Conselho Universitário, fazendo, porém submeter ao plenário, decorrido o prazo de 10 (dez) dias o correspondente ato resolutivo. Na conformidade, pois, destas normas, trazia ao plenário uma resolução datada de 03 de novembro que aprovara projetos constantes do Plano de Desenvolvimento Físico do Campus, a saber: A. URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA. A.1 - Rede Telefônica - Ampliação da Central. A.2 - Sistema Viário - Compra de Material. A.3 - Rede Elétrica - Ampliação. B. CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA. B.1 - Instituto de Letras e Artes - Administração. B.2 - Bloco do Departamento de Microbiologia e Parasitologia. B.3 - Bloco do Departamento de Fisiologia e Farmacologia. O Sr. Presidente fez a seguir um breve relato sobre o programa existente e da qual nossa Instituição é beneficiária, denominado MEC-FAS, através do qual recursos do Fundo de Assistência Social, cuja administração é feita pela Caixa Econômica Federal, são repassados para as Universidades. Como decorrência da execução deste programa, a Universidade tem sido chamada a definir e a apresentar à CEDATE, órgão do MEC responsável pela Coordenação desta área, os seus programas de desenvolvimento físico do Campus, com vistas à liberação das verbas a ela destinadas. Na conformidade, pois, destas exigências, baixara o Reitor a resolução supra mencionada, aprovando os projetos de Arquitetura e Engenharia nela constantes. Procurando fundamentar as alterações introduzidas no trabalho original e, na tentativa de melhor ilustrar o plenário, o Sr. Presidente apresentou aos Conselheiros o Plano de Desenvolvimento Físico do Campus mandado elaborar pelo Escritório Técnico de Planejamento, afirmando estar o item 1 da Ordem do Dia intimamente ligado ao assunto também previsto na pauta da reunião relativo à apresentação do Plano Físico, o que estava ocorrendo neste momento. O Sr. Presidente abordou,

então, múltiplos aspectos referentes às alterações procedidas, referindo, como exemplo inicial, a decisão da Reitoria de não mais adquirir um prédio localizado na cidade para abrigar o Instituto de Letras e Artes. A par de entender que o negócio que seria realizado não consultava os melhores interesses da Universidade em face do vulto da transação, não deseja a administração concorrer para que haja dispersão das unidades universitárias fora do Campus, tendo em vista pretender o Reitor, tanto quanto possa, situar no Campus os diferentes setores da Universidade. Justificou o Reitor a pobreza do plano primitivo, elaborado também pelo Escritório Técnico de Planejamento, o qual, dada a sua até então precária estrutura, carente de pessoal especializado e meios materiais, não teve efetivas condições para esboçar um empreendimento à altura dos reais anseios de nossa Universidade. Estas dificuldades puderam ser atenuadas através do esforço comum e solidário do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do próprio Escritório. Outro ponto que mereceu atenção especial da Reitoria foi o pertinente à localização do Centro Esportivo no Campus, situação esta perfeitamente sanada após proveitosas conversações mantidas pelo Reitor com a Direção da EMBRAPA. Posteriormente explicou o Sr. Presidente o planejamento do sistema viário com as providências já postas em prática visando dar imediato início ao calçamento interno do Campus, tendo a Reitoria, para tanto, obtido a necessária autorização para transformar os recursos inicialmente previstos para a contratação de serviços específicos para a execução deste trabalho em verba disponível para a aquisição de uma máquina para a confecção de pedras para calçamento. Também o sistema de eletrificação e as redes de água e esgoto e telefônica, mereceram a devida atenção dos planejadores, prevendo-se o desenvolvimento de sucessivas etapas para a consecução destes objetivos. Após realizar ampla exposição sobre o assunto, colocou-se o Sr. Presidente a disposição dos Srs. Conselheiros para dirimir dúvidas porventura surgidas. Com a palavra o Professor Leo Zilberknop indagou se no Plano ora enfocado fora prevista a destinação de área para o Hospital Universitário. Replicou a Presidência esclarecendo ser este um problema hoje enfrentado pelas instituições universitárias que ainda não dispunham deste serviço, já que o Ministério não mais tem liberado verbas para esta atividade, em face de onerar sobremaneira o orçamento ministerial. Pensa, todavia a Reitoria, que uma vez feita a mudança de departamentos da Faculdade para o Campus, se possa adaptar o prédio da própria Escola para este fim, se assim o permitirem as condições futuras. Em continuidade às perguntas formuladas o acadêmico Gerson da Silva inquiriu sobre a possibilidade da Universidade celebrar convênios com firmas e até mesmo com outros países para captar recursos para o seu desenvolvimento, indagando, também, qual o papel da Fundação de Apoio Universitário (FAU) nestes projetos desenvolvimentistas da Universidade. Respondeu o Sr. Reitor que julga ser uma das primeiras obrigações de um administrador procurar as fontes de recursos. Tal era, em realidade, a preocupação da Reitoria, que estava desenvolvendo ação neste sentido, sendo idéia do Reitor, inclusive, buscar recursos no exterior. Entretanto, este é um procedimento demorado, posto que, algumas etapas precisam ser vencidas, dado o fato de que não somente o Ministério da Educação e Cultura acompanha, através de um órgão próprio, os processos referentes à captação de recursos externos, como, após, a própria SEPLAN e o Itamarati têm participação direta e decisiva no desfecho destas solicitações. Lembra, contudo, o Reitor, que alguns projetos de pesquisa com a participação de outros países têm sido

T

desenvolvidos na UFPel, como no caso específico da Faculdade de Veterinária. Finalmente, quanto à participação da FAU nos projetos da Universidade, podia informar ser esta entidade uma fundação de apoio que administra hoje um único programa de interesse direto da Faculdade de Medicina, repassando rec^ursos da previdência social. Por outro lado, tem a FAU atuado junto ao CETREISEM, elaborando o projeto de desenvolvimento físico deste Centro. O Professor Wilson Marcelino Miranda se fixou no projeto da Creche, ao que o Sr. Reitor informou que esta seria imediatamente implementada. O Professor Gilberto Gastal comentou sobre a localização da Biblioteca Central, dizendo respeitar os aspectos urbanísticos que, certamente, tinham levado a fixá-la nesta área. Julga, contudo, que em razão da idéia que hoje prevalece de incrementar, por todos os meios, o uso do livro e, sendo a atividade maior da Universidade a cultural, se pudesse reestudar melhor a questão, de sorte a posicionar este serviço essencial em meio onde a vida estudantil é mais intensa. Agradeceu o Sr. Presidente a intervenção, dizendo que o plano pode e deve sofrer algumas alterações que não impliquem em sua essência. O Professor Eduardo Allgayer Osorio, a seguir, argumentou que, a seu modo de ver, não explora a Universidade os espaços verticais. É seu entendimento que se deva projetar prédios que permitam sejam acrescidos de pelo menos outro andar, que não importe na necessidade do uso de elevador e, desta forma, racionalizar o uso dos edifícios construídos. Em tal assertiva foi o Professor Gorio secundado pelo Professor Carlos R. Peixoto, que sugeriu que as fundações das construções viessem a ser mais sólidas, permitindo o prosseguimento das obras quando necessário. O Estudante Florival Zildo Vituri pediu a palavra e manifestou o seu entendimento acerca da exposição do Sr. Reitor. Disse parecer-lhe paradoxal que não contando o ensino com dotações orçamentárias suficientes para suprir suas necessidades mínimas, se projete um empreendimento do porte do que foi apresentado pelo Sr. Reitor. Parece-lhe que a preocupação com laboratórios, hospitais, livros, instrumental cirúrgico, aparelhos, etc..., deveria prevalecer sobre um plano desta monta. O Sr. Reitor reptou dizendo ser este um plano para ser desenvolvido por etapas. Senão houver um planejamento adequado a Universidade não recebe rec^ursos. Queria, todavia, dizer que na afirmativa do Sr. aluno havia certa incoerência, pois não atentava para o fato de que a Universidade dispende uma elevada soma de dinheiro somente para o pagamento de alugueres. A Professora Circe procurou saber se o plano objeto da presente discussão seria abordada novamente, pois gostaria de fazer algumas colocações. Respondeu o Sr. Reitor não ser sua intenção discutir em nova sessão o assunto, mesmo porque, a definição do plano era da estrita competência da Reitoria. Não mais havendo consultas sobre a questão, colocou a Mesa a matéria em votação, verificando-se o seguinte resultado: favoravelmente à aprovação da Resolução baixada "ad-referendum" - 28 (vinte e oito) votos; em branco - 3 (três) e 1 (um) voto contrário. Com este resultado foi ratificada a Resolução baixada pela Reitoria. Nada mais havendo para constar agradeceu a Presidência o comparecimento de todos dando por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Francisco Luiz Allgayer Mendonça, Secretário dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Pelotas, lavrei a presente ata. -----

